

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

VINÍCIUS STACONI CARVALHO

**FUTUROS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA O
ATENDIMENTO À POPULAÇÃO TRANS: UMA VISÃO DE ESTUDANTES DE
UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

UBERLÂNDIA
2022

VINÍCIUS STACONI CARVALHO

**FUTUROS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA O
ATENDIMENTO À POPULAÇÃO TRANS: UMA VISÃO DE ESTUDANTES DE
UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à
Universidade Federal de Uberlândia, como
parte das exigências para obtenção do título de
Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof. Dra. Luana Padua Soares

UBERLÂNDIA
2022

Futuros profissionais da saúde não estão preparados para o atendimento à população trans: uma visão de estudantes de uma universidade pública brasileira

Future health professionals are not prepared to care for the trans population: a view of students from a Brazilian public university

Vinícius Staconi Carvalho^a, Maria Júlia Barbosa de Souza^a, Luana Padua Soares^b

^a Graduando(a), Curso de Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Av. Pará, nº 1720, Bloco 2U - Campus Umuarama. Bairro Umuarama, CEP 38400-902, Uberlândia, MG, Brasil

^b Docente, Curso de Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Av. Pará, nº 1720, Bloco 2U - Campus Umuarama. Bairro Umuarama, CEP 38400-902, Uberlândia, MG, Brasil

RESUMO

Questiona-se que o despreparo quanto ao atendimento em saúde de transexuais possa estar relacionado com a falta de preparo acadêmico na graduação. O objetivo do estudo foi avaliar o conhecimento dos estagiários na área de ciências da saúde e psicologia de uma universidade pública brasileira a respeito do atendimento à população transexual, a existência de abordagem curricular durante a graduação e percepções dos estudantes quanto ao desempenho no atendimento deste público. A coleta de dados foi realizada a partir de um questionário que abordava esses questionamentos com perguntas de múltipla escolha. Os resultados, a partir da análise da estatística descritiva e frequência, mostraram que 53,8% dos estudantes não tiveram abordagem do assunto em disciplinas na graduação, ao passo que bem mais da metade (74,2%) apontam para a falta de conhecimentos em políticas públicas e protocolos de atendimento específicos, o fator que poderia trazer maior dificuldade no atendimento. Sendo assim, podemos entender que os resultados encontrados confirmam a necessidade de se pensar em estratégias para preparar os futuros profissionais da saúde para o atendimento do indivíduo transexual.

PALAVRAS CHAVES: transexualidade; estagiários da saúde; currículo; educação em saúde; saúde e transexualidade; atendimento

ABSTRACT

It wonders that the unpreparedness regarding the health care of transsexual people may be related to the lack of academic preparation in the undergraduate program. This study aimed to evaluate the knowledge of trainees in the area of health sciences and psychology of a Brazilian public university regarding the care of the transsexual population, the existence of a curricular approach during graduation, and students' perceptions regarding the performance in the health care of this public. Data collection did from a questionnaire that addressed these questions with multiple-choice questions. The results, from the analysis of descriptive statistics and frequency, showed that 53.8% of the students did not have an approach to the subject in undergraduate subjects, while well more than half (74.2%) point to the lack of knowledge in specific public policies and care protocols, the factor that could bring more difficulty in care. Thus, we can understand that the results found confirm the need to think about strategies to prepare future health professionals for the health care of the transsexual individual.

KEYWORDS: transsexuality; health trainees; curriculum; health education; health and transsexuality; care

INTRODUÇÃO

O direito à saúde no Brasil é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e executado, atualmente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que foi consolidado pela lei nº 8080/90 e complementado pela lei nº 8142/90 (BRASIL, 1990). Tal direito foi fruto do movimento sanitário, recebendo também forte influência da VIII Conferência Nacional de Saúde, trazendo um marco e uma conquista para a saúde pública brasileira. (PAIM et al., 2011).

Desde sua consolidação, o SUS vem passando por diversos desafios que precisam ser superados, mas, em contrapartida, já apresentou diversos avanços ao longo do tempo. Avanços estes que podem ser representados pela criação de programas, projetos e políticas, os quais trouxeram resultados evidentes para toda a população. (SOUZA; COSTA, 2010).

Sendo assim, o SUS tem por finalidade proporcionar uma saúde ampliada, tanto de forma preventiva quanto assistencial a indivíduos e coletividades, abrangendo toda a atenção básica até níveis mais elevados de complexidade. Seu funcionamento é pautado em diversos princípios, sendo três filosóficos: Universalidade, Integralidade e Equidade. (PAIM; SILVA, 2010).

Tendo como base a equidade, que leva em consideração a igualdade e justiça, foi instituída em 2011, pela portaria nº 2836, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT), cujo objetivo é garantir que essa população tenha, além de um direito humano de cidadania, um atendimento em saúde livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude da orientação sexual e identidade de gênero. (BRASIL, 2013).

Na população LGBT há os indivíduos transexuais. A transexualidade corresponde a uma questão de identidade e, portanto, não deve ser confundida como uma doença mental ou qualquer outra classificação similar, pois segundo Jaqueline Gomes de Jesus, ela é identificada e presente em todo o mundo e acompanha toda a história até os dias atuais (JESUS, 2012), mesmo que, muitas vezes, os transexuais ainda sejam vistos como seres portadores de patologia (ALMEIDA, 2013). A identidade, portanto, difere do gênero e um indivíduo transexual é aquele que apresenta a sua identidade perante ao gênero diferente do sexo biológico que nasceu, podendo recorrer a terapias hormonais e procedimento cirúrgicos a fim de realizar a transição para a sua identidade correspondente (MARIANO; FREDERICO, 2020).

Os atendimentos e serviços são garantidos no âmbito do SUS através do processo transexualizador, que reforça a ideia de que o indivíduo seja acolhido, tenha um atendimento integral e humanizado, sendo livre de qualquer discriminação (BRASIL, 2013).

Além destes serviços, o usuário tem garantido o direito de utilizar e de ser chamado pelo seu nome social durante a trajetória de seu atendimento dentro do sistema, direito abordado no documento do ministério da saúde intitulado “Carta dos direitos dos usuários da saúde”. A carta, por exemplo, deixa claro a necessidade de existir um campo em todo o documento do usuário para registro do nome social. (BRASIL, 2011)

Estudos acerca do acesso e atendimento da população transexual no SUS têm demonstrado o olhar negativo do indivíduo transexual como paciente em relação ao atendimento na rede pública, os quais revelam insatisfação com o sistema e ao atendimento, dificuldades no acesso e também dificuldades no diálogo com profissionais (ROCON, et al, 2020).

Corroborando com isto, estudos mostram que muitos dos profissionais da área da saúde e psicologia apresentam dificuldades quanto ao atendimento deste público, uma vez que não se sentem preparados, ou apresentam receio em lidar com este tipo de paciente, visto que também podem trazer concepções já pré-estabelecidas. (NEGREIROS et al., 2019; RAIMONDI; MOREIRA; DE BARROS, 2019; RIGOLON et al., 2020; ROMANO, 2008)

Este despreparo decorre muitas das vezes não só do possível preconceito atrelado ao profissional, mas também, questiona-se que parte do problema venha da falta de preparo acadêmico que pode ocorrer durante os anos de graduação, pois muitos cursos deixam de

abranjer o assunto, ou quando o fazem, acontece de maneira superficial, pontual e informal, tornando o futuro profissional pouco qualificado para atuar em situações com pessoas transexuais (RAIMONDI et al., 2020).

Diversos estudos na área avaliavam estas questões apenas com profissionais médicos e, muitas vezes, não foram específicos para a população transexual, mas sim para a população LGBT como um todo, limitando a especificidade para o público em questão. Portanto, o objetivo desse estudo foi avaliar o conhecimento dos estagiários na área de ciências da saúde e psicologia de uma universidade pública brasileira, a respeito do conhecimento, abordagem acadêmica e autopercepção dos estudantes quanto ao seu preparo para atendimento e abordagem acadêmica de saúde da população transexual durante a trajetória da graduação.

METODOLOGIA

Foi desenvolvido um estudo epidemiológico de corte transversal.

A população de estudo compreendeu os alunos matriculados em períodos finais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Nutrição, Medicina, Fisioterapia, Educação Física, Odontologia e Psicologia de uma universidade pública brasileira, localizada no interior de Minas Gerais.

O número de estudantes foi estimado em 560, considerando o projeto pedagógico/fluxograma curricular de cada curso, bem como o número de vagas ofertado por período. Entretanto, é importante ressaltar que o número foi superestimado, uma vez que há desistências durante o percurso acadêmico e o número de estagiários no período nem sempre corresponde ao número de vagas do curso. Do total estimado, foram obtidas 62 respostas.

Assim, considerou-se como critério de inclusão, além de estar entre os períodos finais do curso de graduação na área da saúde, já ter ou estar realizando o estágio curricular obrigatório.

O projeto foi autorizado pelas unidades acadêmicas de cada curso de graduação abordado e, posteriormente, foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da própria instituição. Após aprovação do Comitê, os estudantes foram convidados a participar e foram esclarecidos quanto aos propósitos da pesquisa, bem como a garantia do anonimato e a liberdade para participarem ou não da coleta de dados.

A coleta de dados, através de um questionário, foi realizada entre julho e agosto de 2021 de forma online. Após ciência de todos os diretores das unidades acadêmicas, foi enviado aos estagiários de cada curso de graduação em saúde e psicologia da universidade um e-mail

explicativo sobre a pesquisa e o link de acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, junto ao questionário eletrônico para realizar a coleta de dados. Uma cópia do termo foi enviada ao estudante que participou.

O questionário continha questões de múltipla escolha abordando aspectos sociodemográficos como sexo, identidade de gênero e orientação sexual e também questões sobre o conhecimento dos estudantes a respeito de conceitos e política em saúde relacionadas à transexualidade, abordagem/presença do tema durante a graduação e percepção dos estudantes quanto à sua preparação para atendimento desta população.

Após a coleta de dados, foi utilizado o IBM SPSS Statistics para realizar a estatística descritiva e avaliar frequências, bem como média, mediana e desvio padrão.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 62 estudantes da área de ciências da saúde e psicologia de uma universidade pública brasileira, com idades entre 21 e 37 anos ($24,9 \pm 2,95$), predominantemente do sexo feminino, cisgênero e heterossexual, que se encontravam nos períodos finais dos respectivos cursos, coincidindo, portanto, com o período de estágio obrigatório (Tabela 1).

TABELA 1 – Características dos estudantes de uma universidade pública (n=62), 2021.

Variáveis	n	%
Sexo		
Feminino	45	72,6
Masculino	17	27,4
Identidade de Gênero		
Cisgênero	61	98,4
Transgênero	1	1,6
Não binário	0	0
Orientação Sexual		
Heterossexual	42	67,7
Homossexual	9	14,5
Bissexual	9	14,5
Pansexual	2	3,2
Assexual	0	0
Curso de Graduação		
Medicina	9	14,5
Enfermagem	6	9,7
Nutrição	16	25,8
Fisioterapia	6	9,7
Odontologia	6	9,7
Educação Física	10	16,1
Psicologia	9	14,5

Quando questionados a respeito da capacidade para definir o que seria uma pessoa transexual, a maior parte afirmou ser capaz de definir apenas parcialmente, ou seja, não são capazes de dar uma definição clara e/ou completa. Em relação aos conhecimentos sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI LGBT), a maior parte (61,3%) conhece parcialmente e apenas 3,2% conhecem totalmente (Tabela 2).

TABELA 2 – Conhecimento dos estudantes de uma universidade pública (n=62) sobre a definição de transexualidade e sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, 2021.

Variáveis	n	%
Capacidade de definir o que é uma pessoa transexual		
Totalmente capaz	25	40,3
Parcialmente capaz	37	59,7
Conhecimento sobre Política Nacional de Saúde Integral LGBT		
Desconhece totalmente	22	35,5
Conhece parcialmente	38	61,3
Conhece totalmente	2	3,2

Embora considerem importante trabalhar a temática durante a formação, a maioria dos estudantes não teve nenhuma abordagem em disciplinas durante o curso e também não participou de nenhuma atividade extracurricular. Além disso, 56,5% dos estudantes relataram

que nunca tiveram experiência atendendo uma pessoa transexual durante a realização do(s) estágio(s) (Tabela 3).

TABELA 3 – Abordagem do tema de saúde transexual nos cursos de graduação na área da saúde e psicologia, segundo estudantes de uma universidade pública (n=62), 2021.

Variáveis	n	%
Disciplinas sobre ou que abordassem a temática		
Disciplina obrigatória	24	38,7
Disciplina optativa	5	8,1
Nenhuma	33	53,2
Atividades extracurriculares		
Palestras	14	22,6
Cursos	0	0
Projetos de Extensão	5	8,1
Projetos de Pesquisa	1	1,6
Outras	3	4,8
Nenhuma	42	67,7
Experiência em atendimento de pessoas transexuais durante estágio		
Frequentemente	2	3,2
Às vezes / Raramente	25	40,3
Nunca	35	56,5
Consideram importante incluir/abordar a temática no currículo da graduação		
Muito importante / Importante	61	98,4
Pouco importante / Nada importante	1	1,6

Os estudantes foram questionados sobre a sua autopercepção quanto ao atendimento da população transexual, ou seja, em seu ponto de vista, como acreditam que seu desempenho seria. Para esta variável foi atribuída uma escala variando de ruim a excelente, sendo bom a categoria com o maior número de respostas. Além disso, questionou-se acerca das principais dificuldades que os estudantes teriam em relação ao atendimento desta população, sendo a falta de conhecimento em políticas públicas e protocolos de atendimentos específicos as principais dificuldades relatadas (Tabela 4).

TABELA 4 – Autopercepção e dificuldades dos estudantes de uma universidade pública (n=62) no atendimento à população transexual, 2021.

Variáveis	n	%
Autopercepção do desempenho para atender pessoas transexuais		
Excelente	12	19,4
Ótimo	16	25,8
Bom	21	33,9
Regular	12	19,4
Ruim	1	1,6
Dificuldades no atendimento		
Falta de conhecimentos técnicos	16	25,8
Dificuldade na comunicação e/ou abordagem	16	25,8
Conceitos já pré-estabelecidos sobre este público	5	8,1
Falta de conhecimento sobre políticas públicas e protocolos de atendimento específicos	46	74,2
Outros	9	14,5
Não teria dificuldades	2	3,2

DISCUSSÃO

Os resultados demonstram reduzido conhecimento sobre o conceito de transexualidade e sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI LGBT), pouca abordagem acadêmica e falta de preparo dos estudantes para lidar com o público, sendo que o desconhecimento de políticas e protocolos de atendimentos específicos são a principal causa destas dificuldades.

Uma pesquisa qualitativa realizada entre discentes do curso de medicina de uma universidade demonstrou que a maior parte dos participantes foram capazes de identificar conceitos básicos sobre a identidade de gênero, somente quando submetidos a questões de associações, apresentando lacunas e dificuldades para demonstrar clareza nas definições, uma vez que desconheciam diversos termos como “homem trans hétero” e “mulher trans hétero” (VISGUEIRA et al., 2021). Os resultados deste estudo se assemelham a isto, visto que a maior parte dos estudantes se declaram apenas parcialmente capazes de definir com clareza o que é uma pessoa transexual.

O estudo de Dornelas et al. (2021), que avaliou o conhecimento de transexualidade entre discentes e docentes de uma universidade federal, observou uma lacuna quanto ao conhecimento sobre a transexualidade. A pesquisa mostrou que os discentes se apropriam mais dos conceitos em relação aos docentes, mesmo que se sintam inseguros para atender uma pessoa trans, em decorrência da não abordagem curricular. Além disso, neste mesmo estudo, boa parte (46,1%) não sabia distinguir o termo transexualidade de transexualismo.

Quanto a conhecimentos relacionados a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT), no presente estudo mais da metade dos estudantes desconhecem parcialmente ou totalmente esta política, que no âmbito do SUS, é de extrema importância para o atendimento acolhedor e integral em saúde da população LGBT, inclusive a transexual (BRASIL, 2013). Portanto, a divulgação e a aquisição do conhecimento sobre a PNSI LGBT entre os profissionais, desde a graduação até a atuação profissional, é uma ação efetiva no cuidado em saúde LGBT (NEGREIROS et al., 2019).

A implementação da PNSI LGBT é um marco histórico e também de reconhecimento das especificidades e necessidades da população LGBT, no entanto, ainda é uma política desconhecida por médicos e outros profissionais da saúde. Devido a não contemplação de conteúdos mais expressivos da saúde da população LGBT durante a formação, torna-se difícil a sua implantação no curso de graduação e o ensino desta temática, limitando-se somente a exemplificações e comentários superficiais como parte de outras disciplinas (NEGREIROS et al., 2019). A falta de conhecimentos sobre as políticas e protocolos específicos foi a principal dificuldade apontada pelos estudantes da universidade em relação ao atendimento da população trans, corroborando para a relevância de se conhecer esta política.

A não abordagem curricular nos cursos da área da saúde é um problema e provoca a falta de preparo dos profissionais, pois segundo a literatura, quando não há discussão ou abordagem sobre gênero e sexualidade durante a formação, isso acaba por levar ao desconhecimento do assunto e a atitudes preconceituosas e até mesmo violentas nos serviços de saúde envolvendo a população LGBT, inclusive a trans. (RIGOLON et al., 2020). Além do mais, muitas vezes, o profissional, quando lida com questões de sexualidade e gênero pode adotar comportamentos de vergonha, impaciência e até mesmo “fazer brincadeiras” para aliviar a situação (RAIMONDI; MOREIRA; DE BARROS, 2019) atitudes estas que podem impactar negativamente no atendimento.

Quando a temática é trabalhada dentro dos cursos de graduação, geralmente, é de maneira pontual atrelada a viés e debates puramente biomédicos e biologicistas, não abrindo espaço para as discussões que levam em consideração aspectos sociais e culturais da integralidade (RAIMONDI, MOREIRA, DE BARROS, 2019; VAL et al., 2019). Logo, a abordagem curricular é ligada a esta população como sendo grupo de risco para IST/HIV e também a outras questões patológicas, como pessoas com desvio de condutas (OBEDIN-MALIVER et al., 2015), o que acaba não trazendo um preparo adequado, visto que a abordagem é pouca e limitada e não atende as necessidades de individualidade desses sujeitos, gerando

desarticulação e fragilidades na rede de atenção à saúde quanto a população LGBT, de forma geral. (GOMES et al., 2018)

Atrelado a abordagem puramente biomédica, ainda há uma forte presença da “heteronormatividade” nos programas de ensino em saúde, o que dificulta ainda mais introduzir o tema neste ambiente (RÖNDAHL, 2011).

Mesmo quando questões LGBT tentam ser incluídas nos currículos da graduação, pode existir resistência para a sua implementação, uma vez que preconceitos e estereótipos dos alunos em relação a esta comunidade são possíveis e podem atrapalhar o processo. (MCCANN; BROWN, 2018).

Muitas vezes, o indivíduo que se identifica como transexual procura menos os serviços de saúde, pois prefere evitá-lo, já que é um ambiente onde há possibilidade de discriminação, causando insegurança no paciente, afinal, por mais que exista o direito a saúde livre de qualquer discriminação, o uso do nome social, por exemplo, não é respeitado e os indivíduos trans apontam despreparo dos profissionais em lidar com situações de identidade de gênero, provocando desconforto e até mesmo medo (ROCON et al., 2016; ROMANO, 2008).

Quanto à necessidade e importância de abordar o tema nos cursos da saúde, uma revisão sistemática que se comprometeu a determinar a eficácia de programas para reduzir o preconceito tanto do estudante da saúde quanto do provedor de conteúdo em relação à população LGBTQ demonstrou que intervenções experimentais focadas em preconceito foram capazes de aumentar o conhecimento dos participantes sobre questões LGBTQ. Já questões de aprendizagem experimentais se mostraram satisfatórias para aumento dos níveis de conforto no trabalho com esta população. Além disso, atividades grupais ajudaram com questões de tolerância. (MORRIS et al., 2019)

Outra revisão que abordou as melhores práticas para lidar com as diferenças no cuidado em saúde da população LGBT elencou que a população trans, muitas vezes, precisa ensinar os responsáveis pela assistência sobre o cuidado em saúde trans e ressalta a necessidade de desenvolver programas de extensão e saúde comunitária para esta população. (LIM; BROWN; KIM, 2014).

De fato, há evidências que trazem que a abordagem curricular de assuntos LGBT+ nos currículos de graduação de profissionais da saúde é uma estratégia importante para preparar os futuros profissionais e melhorar o acesso à saúde desta população, já que Raimondi, et al (2019) concluíram que a intervenção de uma unidade curricular relacionadas as questões de gênero e sexualidade no cuidado em saúde foi capaz de aprimorar as competências em relação a este

assunto, se mostrando potente para a educação de profissões da saúde quanto ao tema. (RAIMONDI et al., 2019).

Muitos docentes reconhecem a importância de abordar conteúdos relativos à sexualidade e identidade de gênero, entretanto, na prática isso é difícil acontecer, pois há uma grande carga de conteúdos que devem ser abordados e muitos são considerados mais importantes, o que contribui para que esta temática fique restrita ao currículo oculto. (VAL et al., 2019)

Logo, é válido que este assunto seja implementado nos currículos de graduação dos futuros profissionais da área de saúde, uma vez que, além da literatura já demonstrar ganhos e benefícios disto, os resultados encontrados nesta pesquisa sugeriram que os estudantes analisados consideraram importante a abordagem curricular de saúde transexual nos currículos da formação acadêmica.

O resultado desta pesquisa quantitativa auxiliou a conhecer como, atualmente, a maioria dos estudantes de uma universidade pública estão em relação ao atendimento da população transexual e se a abordagem curricular deste tema acontece na formação. Abordou, então, diversas questões pertinentes para além apenas da presença do assunto no currículo acadêmico. Trouxe também a avaliação do conhecimento do conceito e da autopercepção do próprio participante quanto ao atendimento de um paciente transexual.

A abordagem quantitativa, baseado em estatística descritiva e frequência, apesar de ter mostrado uma visão da atual realidade dos estagiários na universidade não conseguiu avaliar impressões subjetivas dos participantes em relação ao conhecimento e preparação para atendimento da população transexual e, portanto, informações mais detalhadas dos questionamentos realizados não foram proporcionadas por este estudo. Além disso, a pesquisa foi feita apenas em uma única universidade, sendo, pois, limitações do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados corroboram com a literatura, pois a maior parte dos estudantes apresentam um conhecimento superficial sobre o que seria uma pessoa transexual, conhecem apenas parcialmente o conceito da palavra transexual e a abordagem curricular da temática não foi expressiva.

Apesar do SUS garantir o acesso igualitário e de forma ampliada a todos, a população transexual sofre inequidades em saúde decorrentes da discriminação, mas também do despreparo acadêmico dos profissionais de saúde, uma vez que desconhecem termos conceituais, de políticas específicas da saúde desta população e possuem baixo contato com conteúdo específico do tema na graduação, muitas vezes, de forma pontual e limitada dentro de alguma disciplina, restrito ao aspecto biológico, não trazendo, dessa forma, um conhecimento integral do assunto.

Portanto, ainda há déficits que precisam ser superados para que os futuros profissionais da saúde estejam academicamente bem preparados a lidar com esta população, tornando importante a reflexão de que o estudante em processo de formação logo irá ser um profissional da saúde habilitado e, devido a estas deficiências durante o percurso acadêmico, pode repetir estas atitudes e estigmas negativos que já acontecem com profissionais mais experientes.

A partir dos resultados obtidos e do confronto com a literatura acerca do tema, podemos entender que é necessário repensar os currículos formativos dos profissionais de saúde, fomentar discussões e pensar em estratégias, a fim de contemplar assuntos relacionados a sexualidade e identidade de gênero, assim como fazer com que os estudantes conheçam mais a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT), pois a abordagem atual não é suficiente para sanar os problemas de atendimento em saúde da população transexual no contexto do SUS e preparar verdadeiramente os profissionais de saúde para as especificidades em saúde da população transexual.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Carvalho e Souza são responsáveis pelo delineamento da pesquisa, coleta e análise de dados e redação final do artigo. Soares é responsável pela orientação, revisão e também pela aprovação final a ser publicado.

AGRADECIMENTOS

Carvalho agradece ao Programa de Educação Tutorial da Nutrição da Universidade Federal de Uberlândia (PET Nutrição UFU) pela concessão da bolsa e incentivo à pesquisa e Carvalho e Souza agradecem à professora Dra. Luana Padua Soares pela orientação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade de despatologização da transexualidade e a necessidade de assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidade, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 14, p. 380–407, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e da outras providências. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em 06 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em 06 abr. 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

DORNELAS, Rodrigo et al. A UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

DA SAÚDE: CONHECIMENTO DE DISCENTES E DOCENTES SOBRE A TRANSEXUALIDADE. **Revista Gênero**, Niterói, v. 22, n. 1, p. 1-12, 17 dez. 2021.

MARIANO, D. S.; FREDERICO, D. F. Atenção à saúde através do SUS da população transexual brasileira: avanços e fragilidades do processo transexualizador. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 2, n. 13, p. 86–101, 2020.

GOMES, S. M. et al. SUS out of the closet: Conceptions of municipal health managers on the LGBT population. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 4, p. 1120–1133, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília: 2012. 41 p.

LIM, F. A.; BROWN, D. V.; KIM, S. M. J. Addressing health care disparities in the lesbian, gay, bisexual, and transgender population: A review of best practices. **American Journal of Nursing**, v. 114, n. 6, p. 24–34, 2014.

MCCANN, E.; BROWN, M. The inclusion of LGBT+ health issues within undergraduate healthcare education and professional training programmes: A systematic review. **Nurse Education Today**, v. 64, n. October 2017, p. 204–214, 2018.

MORRIS, M. et al. Training to reduce LGBTQ-related bias among medical, nursing, and dental students and providers: A systematic review. **BMC Medical Education**, v. 19, n. 1, p. 1–13, 2019.

NEGREIROS, F. R. N. DE et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, p. 23–31, 2019.

OBEDIN-MALIVER, J. et al. Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender–Related Content in Undergraduate Medical Education. v. 306, n. 9, p. 971–977, 2015.

PAIM, J. et al. The Brazilian health system: History, advances, and challenges. **The Lancet**, v.

377, n. 9779, p. 1778–1797, 2011.

PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V. DA. Universalidade, Integralidade, Equidade e SUS. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 12, p. 109–114, 2010.

RAIMONDI, G. A. et al. Ensinoaprendizagem de Gênero e Sexualidade em um curso de Medicina do Brasil: promovendo o Cuidado Integral em Saúde e os Direitos Humanos. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 2, p. 130–142, 2019.

RAIMONDI, G. A. et al. Gender and Sexuality in the Federal Medical Schools in Brazil: an Analysis of the Curricular Pedagogical Projects. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 2, 2020.

RAIMONDI, G. A.; MOREIRA, C.; DE BARROS, N. F. Genders and sexualities in medical education: Between the hidden curriculum and the integrality of care. **Saude e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 198–209, 2019.

RIGOLON, M. et al. “A saúde não discute corpos trans”: História Oral de transexuais e travestis “. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. suppl 6, p. e20190228, 2020.

ROCON, P. C. et al. Acesso à saúde pela população trans no brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trab. educ. saúde**, v. 18, n. 1, p. e0023469–e0023469, 2020.

ROCON, P. C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517–2525, 2016.

ROMANO, V. F. Transvestites in the family health program of Lapa. **Saude e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 211–219, 2008.

RÖNDAHL, G. Heteronormativity in health care education programs. **Nurse Education Today**, v. 31, n. 4, p. 345–349, 2011.

SOUZA, G. C. DE A.; COSTA, I. DO C. C. O SUS nos seus 20 anos: reflexões num contexto de mudanças. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 11, p. 509–517, 2010.

VAL, A. C. et al. “Nunca Me Falaram sobre Isso!”: o Ensino das Sexualidades na Perspectiva de Estudantes de uma Escola Federal de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 1, p. 108–118, 2019.

VISGUEIRA, F. L. L. et al. Análise do conhecimento de estudantes de medicina acerca da identidade de gênero. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, n. 4, p. 1–7, 2021.